



Ofício nº 00360/2019/GDAC

Brasília, 19 de dezembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
RODRIGO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Missão Oficial – 74ª Assembleia Geral da ONU

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho a Vossa Excelência, relatório referente à Missão Oficial a qual participei na condição de observador parlamentar, na 74ª Assembleia Geral da Organizações das Nações Unidas, em Nova York, nos Estados Unidos da América, no período autorizado de afastamento de 20/11/2019 a 30/11/2019.

Anexo, junto ao relatório, os cartões de embarque, bem como bilhetes de compra de passagem aérea, com o escopo de postular o reembolso pela cota CEAP, do *upgrade* da passagem aérea, de classe econômica, para classe executiva, conforme autorização constante no processo eDOC nº. 580226/2019.

Atenciosamente,


AUGUSTO COUTINHO
Deputado Federal – SD/PE



Missão Oficial – 74ª Assembleia Geral da ONU



Minha participação nos trabalhos da 74ª Assembleia Geral da Onu se deu nos dias 22 e 25 de novembro.

No dia 22, aconteceram diversos debates e encontros que foram de questões burocráticas, como as reuniões do *Advisory Committee on Administrative and Budgetary Questions* (Comitê Consultivo para Questões Administrativas e Orçamentárias) a reuniões do Conselho de Segurança, da *Commission on the Limits of the Continental Shelf* (Comissão Sobre os limites da Plataforma Continental), do *Trusteeship Council* (Conselho de Tutela) e da *Conference on the Establishment of a Middle East Zone Free of Nuclear Weapons and Other Weapons of Mass Destruction* (Conferência sobre o estabelecimento de uma zona do Oriente Médio livre de armas nucleares e outras armas de destruição em massa).

A reuniões do Conselho de Segurança, no dia 22, giraram em torno do Oriente Médio. O presidente do Conselho convidou para falar um representante do Iêmen sobre a atual situação do país, que enfrenta as sequelas de uma guerra civil que



tem se arrastado já há alguns anos, causando enormes perdas humanas e prejuízos materiais e que passa por uma das maiores crises humanitárias atuais. Este ano, o país apareceu como prioridade na ONU em pedido feito pela organização para ajuda humanitária, que estipulou em US\$ 3,2 bilhões o montante total que precisa ser levantado em auxílio às vítimas da guerra no país. Sobre o assunto, foram ouvidos Martin Griffiths, enviado especial do Secretário Geral para Lêmen, que falou em vídeo-conferência direto de Amamm; e Ursula Mueller, secretária geral adjunta de assuntos humanitários e coordenadora adjunta de socorro.



Neste mesmo dia, aconteciam as últimas reuniões do *Conference on the Establishment of a Middle East Zone Free of Nuclear Weapons and Other Weapons of Mass Destruction* (Conferência sobre o estabelecimento de uma zona do Oriente Médio livre de armas nucleares e outras armas de destruição em massa). Esta foi a primeira sessão desta conferência, que foi decidida na 73ª Assembleia Geral a partir de uma votação que resultou em 88 votos a favor, 4 contra e 75 abstenções. É objetivo da conferência elaborar um tratado estabelecendo uma zona de não proliferação de armas nucleares e outras armas de destruição em massa, com base em acordos livremente firmados pelos estados da região. Também ficou determinado que todas as decisões que emanassem da conferência só poderiam ser aceitas com o consenso dos países da região.

Apesar de ser um primeiro passo, a agenda dessa conferência é das mais importantes e de difícil execução dos nossos tempos. No entanto, caso as bases de um acordo no sentido de criar uma zona sem armas nucleares no Oriente seja de fato



tirado do papel terá um impacto histórico de grande alcance na luta pela não proliferação dos arsenais atômicos e outras armas de destruição em massa. Um evento deste porte tem sua importância aumentada quando levamos em conta que, na contramão do que o fim da Guerra Fria e os acordos de não proliferação nuclear e diminuição de arsenais entre soviéticos e americanos das décadas de oitenta e noventa possibilitaram, já se pode ouvir novamente líderes de grandes potências falando em aumento de armas nucleares para seus exércitos.



No dia 25, assisti à reunião da Assembleia Geral que tinha como debate principal a questão da representação equitativa e o aumento de membros, permanentes ou transitórios, do Conselho de Segurança.

Nessa reunião, o embaixador brasileiro, Mauro Vieira, a quem tive a oportunidade e acompanhar durante a sessão, fez um pronunciamento no qual manifestou a posição brasileira de forma bastante clara.



É notório que o Brasil sempre defendeu uma formação mais transparente, legítima e representativa dos 193 países que fazem parte da ONU para o Conselho de Segurança. E isso passa por uma reforma, sobretudo no sentido de aumentar o número de países com representação permanente.

É preciso lembrar que tanto a ONU como o Conselho de Segurança surgiram logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, dentro de um contexto diferente em muito do atual, às vésperas da Guerra Fria e com as principais potências europeias envolvidas na guerra praticamente em escombros.

Mais que substituir a antiga Liga das Nações, primeira tentativa das nações se reunirem em uma grande assembleia mundial, surgida logo após a Primeira Guerra, a Organização das Nações Unidas foi criada para que pudesse fazer de fato o que sua antecessora nunca conseguiu: garantir a paz mundial.

A Liga das Nações falhou em sua intenção original sobretudo porque possuía defeitos irreparáveis de constituição. Congregando um número relativamente pequeno de países membros, número esse que nunca ultrapassou 50 no seu auge, a Liga ou Sociedade das Nações não contava com Estados Unidos e União Soviética. O primeiro por não concordar com os termos do Tratado de Versalhes. Além disso, a Liga não dispunha de uma centralização ou um poder executivo forte, o que a levou a não conseguir evitar quase todos os momentos cruciais do período entre guerras, sobretudo a escalada de eventos que culminou com a explosão do segundo conflito armado em 1939.

A Organização das Nações Unidas nasce, pois, com a história do fracasso da Liga das Nações como exemplo do que não deveria ser feito. Ela foi, portanto, erguida a partir de uma arquitetura institucional que procurou, desde o início, assegurar legitimidade e a maior representatividade possível. Inserido nesse contexto, foi criado, já na fundação da ONU, o Conselho de Segurança, um órgão de composição reduzida que teria a prevalência sobre os assuntos relativos à paz e à segurança mundial.

O Conselho é composto por 5 membros permanentes (Estados Unidos, Rússia, China, França e Reino Unido) e dez não permanentes (estes últimos eleitos para mandatos de dois anos). Questionar essa composição e sua baixa representatividade é um dos pontos basilares da postura brasileira na ONU.



O Brasil já foi membro do Conselho em dez oportunidades, sendo o país, depois do Japão, que mais vezes foi escolhido para fazer parte do colegiado. Em parte, a tradicional postura diplomática brasileira de defender as vias diplomáticas como primeira e maior fonte de solução de conflitos, deixando as medidas coercitivas como últimos recursos, é um dos pontos que, por exemplo, fizeram com que o país, em sua última participação no Conselho (2010-2011), obtivesse 182 votos entre 183 países votantes.

Tal postura se coaduna com a essência da missão da ONU em suas origens. É por acreditar nisso que o Brasil sempre buscou defender ativamente nas Nações Unidas, uma ampliação do Conselho, pleiteando, entre outros pontos, uma cadeira entre os membros permanentes.

O pronunciamento do embaixador Mauro Viera, no entanto, se insere dentro de uma discussão mais ampla sobre a reforma do Conselho.



O embaixador chamou a atenção, no início do seu pronunciamento, que, em junho, “durante a sessão na qual a Assembleia Geral decidiu dar continuidade às negociações intergovernamentais sobre a reforma do Conselho de Segurança, nós destacamos um número de mudanças que são indispensáveis para fazer esse processo mais efetivo e orientado para resultados”, pontuou Mauro Vieira.

De forma mais enfática, o embaixador fala mais à frente que “manter debates gerais e repetir posições já conhecidas não é mais uma opção aceitável”.



De forma breve, o embaixador fez um apanhado de fatos que frustraram as negociações para a reforma do Conselho este ano, lamentando que não se tenha até aqui chegado a um texto-base de um debate que significasse a passagem do estado de discussão para o de negociação.

O embaixador referenda ainda a posição do Brasil durante os debates, pontuando sempre a busca pelo país de medidas mais efetivas, que terminaram não sendo possíveis, ressaltando que o tema foi abandonado prematuramente durante as reuniões deste ano. Nesse ponto, ele pontua com bastante acuidade que “queremos trabalhar mais, não menos, para superar nossas diferenças”.

O embaixador continuou seu discurso citando fatos e demonstrando como uma discussão de tal importância para a segurança mundial continua sem ser enfrentada de forma mais firme e produtiva pelos principais atores envolvidos. A reforma do Conselho não é apenas uma questão de reequilibrar forças no tabuleiro da geopolítica contemporânea. Mas é uma necessidade para deixar o Conselho mais transparente, efetivo e representativo. “Trazendo para a mesa atores capazes de dar contribuições significativas para a paz e segurança internacional. É ainda uma forma de corrigir a injustiça histórica com a África, um continente que permanece sem ter um representante permanente no Conselho de Segurança. Depois de 75 anos, não é aceitável que o maior órgão responsável pela paz e segurança não reflita nossa realidade atual e não conte com membros permanentes da África”.

